

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

OS ESPAÇOS DAS ETNOGRAFIAS E AS ETNOGRAFIAS DOS ESPAÇOS NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL

Marina Dantas de Figueiredo¹
Josiane Silva de Oliveira²

Resumo

O objetivo deste artigo é realizar uma discussão a respeito da incorporação da etnografia como método de pesquisa na área de Administração e seus efeitos na construção epistemológica do conceito de espaço organizacional nos Estudos Organizacionais. A partir de uma retomada epistemológica de desenvolvimento de diferentes práticas etnográficas na Antropologia, especialmente o estruturalismo, interpretativismo e o pós-estruturalismo, apresentamos como estes debates foram incorporados aos Estudos Organizacionais, enfatizando, mas não exclusivamente, a produção acadêmica brasileira. Consequentemente, também apresentamos, assim como na área de Antropologia, uma discussão a respeito da oposição teórica entre cultura e natureza que caracterizou os primeiros estudos etnográficos e seus efeitos na construção do conceito de espaço organizacional na área de Administração, sobretudo na polarização dos debates sobre a delimitação das organizações a partir de suas produções simbólicas ou materiais. Postulamos a necessidade de uma retomada da processualidade da etnografia nos Estudos Organizacionais como forma de compreensão dos espaços organizativos como sendo socialmente produzidos e processualmente constituídos, sendo esta uma possibilidade de se desconstruir a dualidade cultura/natureza nas etnografias organizacionais.

Palavras-chave: Organizações. Etnografia. Cultura. Espaço organizacional. Estudos Organizacionais.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é discutir a respeito da incorporação da etnografia como método de pesquisa na área de Administração e seus efeitos na construção epistemológica do conceito de espaço organizacional nos Estudos Organizacionais. Para tanto, desenvolvemos um debate sobre como os diferentes modos de condução das práticas etnográficas nas pesquisas de campo refletem na construção do entendimento sobre espaços organizacionais, articulando as bases epistemológicas e metodológicas de desenvolvimento das pesquisas etnográficas – especialmente, o funcionalismo, o interpretativismo e uma abordagem denominada de pós-estruturalista (CLIFFORD, 2008) - nos Estudos Organizacionais.

¹ marina.dantas@gmail.com

² oliveira.josianesilva@gmail.com

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Partimos de uma contextualização dos parâmetros para a construção do campo enquanto espaço da etnografia e nos detemos brevemente no histórico dessa prática no âmbito da Antropologia. A partir dessa contextualização, postulamos que a dicotomia natureza/cultura que sustenta os debates antropológicos também é reproduzida nos Estudos Organizacionais, por meio da incorporação da etnografia como método de pesquisa, ao se estabelecer um campo de pesquisas polarizado entre as dimensões simbólicas e materiais do espaço organizacional. Com efeito, as organizações são delimitadas, por um lado, a partir dos efeitos simbólicos de produção de sentido no cotidiano organizacional e, por outro, enfatiza-se que os espaços organizacionais são constituídos com base na sua constituição em um lugar. Enfatizadamente, as etnografias nos Estudos Organizacionais tem sido desenvolvidas com base na inserção do pesquisador em um “lugar”, destacando a necessidade de desenvolvimento das práticas de convivência intensiva (CLIFFORD, 1997) nas organizações pesquisadas e a construção da autoridade etnográfica por meio do argumento do “estar lá” (CLIFFORD, 1997) como base do trabalho de campo do etnógrafo.

Além disso, observamos que a partir dessa perspectiva prevalece um conceito de organização fortemente apegado a pressupostos funcionalistas-estruturalistas. Nas etnografias que não problematizam o processo de construção da organização enquanto campo de pesquisa, primeiro no plano simbólico e depois no plano físico, notamos certa tendência a internalizar a ideia de que a organização existe como entidade estável, a despeito das práticas das pessoas que a constituem – incluindo-se entre elas próprio pesquisador.

Destacamos, assim como Clifford (1997), a necessidade de uma retomada da processualidade dos estudos etnográficos nos Estudos Organizacionais. Dessa forma, julgamos ser possível compreender como as organizações se constituem por meio das práticas das pessoas em diferentes lugares, formando os espaços organizacionais. O aporte teórico da discussão desenvolvida nesse artigo vem dos avanços teóricos dos Estudos Baseados em Práticas (EBP) nas análises das organizações. Após discorrer sobre o desenvolvimento da etnografia organizacional em três perspectivas – funcionalista-estruturalista, interpretativista - apresentamos as etnografias multissituadas (MARCUS, 1995) como alternativa metodológica que possibilita o desenvolvimento do trabalho de campo etnográfico que permite a reconexão do “mundo vivido” no cotidiano organizacional com a dimensão macrosocial dos processos organizativos.

Para o desenvolvimento desta argumentação, o artigo está estruturado da seguinte forma. Após essa introdução, apresentamos um debate sobre as articulações entre etnografia, cultura e espaço com base nas discussões constituídas no campo da Antropologia. A seguir, destacamos como estas articulações são construídas em uma abordagem estruturalista e o “espaço” destes debates na área de Estudos Organizacionais, enfatizando seus efeitos na construção teórica do conceito de espaço organizacional. A terceira seção do artigo é dedicada as discussões interpretativistas ressaltando a apropriação dos debates entre etnografia, cultura e espaço no entendimento de que as organizações são espaços e produções simbólicas dos sujeitos (CARRIERI; SARAIVA, 2007), especialmente no que se refere as discussões sobre cultura organizacional (FLORES-PEREIRA; CAVEDON; DAVEL, 2008).

Na quarta seção do artigo apresentamos debates antropológicos sobre a necessidade de se repensar o “fazer etnográfico” (CLIFFORD, 1997), deslocando-o da necessidade de delimitação de um local específico de sua realização e destacando a dinâmica processual que é inerente a etnografia. Com isso, articulamos estes debates entre etnografia, cultura e espaço ao campo dos Estudos Baseados em Práticas (SCHATZKI, 2006) nos Estudos

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Organizacionais que consideram o espaço organizacional como processual. Ao final, destacamos as principais contribuições teóricas e metodológicas que propomos com esse artigo.

2. Considerações Iniciais sobre Etnografia, Cultura e Espaço

Nesta seção, faremos uma breve incursão pela antropologia com o objetivo de esclarecer como a relação entre etnografia e lugar foi forjada nesse campo do conhecimento. No transcurso do tempo, diferentes orientações epistemológicas orientaram o entendimento dessa relação, mas chama atenção, para os propósitos desse artigo, que os saberes produzidos no campo da antropologia considerem que as construções do campo como lugar encerra articulações teóricas e ideológicas. O objetivo da seção é esclarecer que etnografia não se faz em um lugar, ou pelo menos, não há relação imediata entre etnografia e lugar. Desse modo, não se pode fazer etnografia de um lugar, mas em um lugar que se torna importante porque “recebe” um grupo que elabora suas maneiras próprias de viver e lidar com o lugar. O lugar é importante, então, porque é parte constitutiva da cultura e não pode ser separado dela.

A etnografia pode ser caracterizada como um método que se apóia em certos procedimentos para estudar pessoas em seus contextos de vida, de modo a captar atividades ordinárias e os significados atribuídos a elas. Mais do que isso, a etnografia pretende ser o relato sobre uma cultura e se quisermos situar esse método, talvez seja necessário compreender antes a relação entre cultura e espaço. Para dar conta da tarefa, convém analisar uma definição bastante simples segundo a qual “cultura pode ser entendida como um conjunto de soluções elaboradas por um grupo de pessoas para lidar com problemas específicos colocados por situações em comum que elas enfrentam” (VAN MAANEN; BARLEY, 1985, p. 33). Embora essa definição não inclua a questão do espaço, ela parte do apriorismo de que tal agrupamento de pessoas acontece em algum *lugar*, ou seja, no lugar em que as pessoas se reúnem e se tornam um grupo. Ela ainda dá ensejo para pensarmos que esse mesmo *lugar* também é responsável por criar algumas das situações-problema da vida em comum, tanto quanto por fornecer respostas criativas para as mesmas.

Essa abordagem um tanto pragmática, baseada na praticidade de soluções, nos permite ainda pensar como a relação do grupo com o lugar abriga a ideia de identidade. A necessidade de lidar com problemas tem a ver com a busca pela estabilidade, que origina certos padrões para as práticas e, por consequência, certos meios para a representação coletiva e para a autorepresentação. A relação com o lugar garante os meios para uma “segurança ontológica” (GIDDENS, 1992; DAVID LE BRETON, 2003), que dá origem à crença nos sistemas da cultura. Nessa concepção, o espaço é algo abstrato que precisa ser preenchido pela segurança da identificação, do sentido, do significado que o lugar enseja para o sujeito antropológico. Decorre então que a separação entre natureza e cultura fica clara, pois é a representação (cultura) que preenche o espaço (abstrato) para produzir o sentido do lugar (natureza).

Através das lentes da antropologia clássica, que observa a cultura como um artifício para destacar da natureza as práticas humanas, podemos ver o *lugar* e suas potências materiais latentes (tudo o que está disposto nele) como os limites entre o mundo que habitamos e o mundo além. Essa oposição entre natureza e cultura também origina a oposição entre o próprio e o outro, ou entre sujeito e objeto, anunciada nos termos daquilo que pertence ao mundo que habitamos e que conhecemos por familiaridade, e aquilo que pertence ao mundo

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

além, que é estranho ou que nem existe porque ignoramos sua existência. Na relação entre cultura e espaço, tais dicotomias assinalam a existência de um “dentro” e um “fora”, que metaforicamente situam a cultura como um conjunto ao qual algumas pessoas e elementos pertencem e outros não.

Refletindo sobre a questão a partir de exemplos de etnografias tradicionais, conduzidas no contexto vivencial das sociedades não ocidentais, parece claro que esse *lugar* circunscreve a porção do espaço onde o grupo se encontra (no sentido duplo do lugar de estar e do lugar de encontro) na natureza. Algumas etnografias que se tornaram clássicas na antropologia esclarecem a centralidade da relação entre práticas e lugar para descrever a cultura – por exemplo, o trabalho de Malinowski (1978) entre os ilhéus do Pacífico Sul, ou o de Evans-Pritchard (1978) entre povos tribais da África Central e de Radcliffe-Brown (1956) com aborígenes na Austrália.

Se analisarmos a relação da cultura com o *lugar* nessas e em outras etnografias clássicas, perceberemos como ambientes diversos propiciam diferentes possibilidades de elaboração dos artefatos materiais e simbólicos que viabilizam a vida coletiva de seres humanos. Nesses relatos sobre culturas, pode-se perceber como sistemas de crenças variam conforme os elementos da geografia e da biodiversidade e como os arranjos de ordenamento social e os modos de organização da produção variam da mesma forma.

A respeito disso, não se pode ignorar que a etnografia foi forjada originalmente para o estudo do exótico, quando etnólogos, a exemplo daqueles que citamos anteriormente, deslocavam-se *do seu lugar para o lugar do outro*, entrando virtualmente em uma cultura localizada em contexto vivencial diferente do seu. Nesse contato, importa ressaltar que o etnólogo frequenta *o lugar do outro* durante a experiência etnográfica, mas produz conhecimento a respeito da cultura alheia a partir *do seu lugar*: o Ocidente moderno. Conforme a lógica moderna de produção de conhecimento, o olhar *de fora* do pesquisador demarca a prática de recontextualizar o lugar do outro – entendido não apenas em relação à marcos geográficos, mas enquanto contexto vivencial –, o que implica imaginá-lo como uma entidade substancial, que poderia ser deslocada ou apropriada.

Quanto ao deslocamento, a necessidade de realizá-lo se tornou uma prerrogativa da etnografia. Um dos princípios da etnografia é que esse estudo seja conduzido por um estranho, ou seja, por alguém que não compartilha das mesmas práticas ou que não atribui o mesmo significado a práticas comuns. No jargão antropológico, esse alguém é nomeado *outsider* – numa tradução literal, “aquele que está do lado de fora”. A necessidade do estranhamento que só os deslocamentos podem proporcionar permanece como fundamental para a prática da etnografia mesmo para os estudos antropológicos desenvolvidos no contexto urbano, ao qual os pesquisadores também pertencem. Nesses casos, o deslocamento não é tanto físico, mas simbólico: é preciso, então, esforçar-se para des-naturalizar certas relações com a cultura e para “estranhar o familiar”, como dizem os antropólogos, no esforço de simular o não-pertencimento ou de elaborar novas fronteiras entre o lugar próprio e o lugar do outro.

Na leitura de um relato etnográfico, o deslocamento é igualmente necessário, mas se realiza no plano da imaginação. Quando as primeiras frases d’Os Argonautas do Pacífico Ocidental de Malinowski (1978, p. 19) convidam o leitor a imaginar-se “sozinho, rodeado apenas por seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa”, o que se busca é transferir o lugar do outro para o lugar próprio, tornando familiar o que era estranho e conferindo existência a mundos antes ignorados. Isso se faz tradicionalmente com recursos

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

imagéticos produzidos pela linguagem escrita – e é por isso que a etnografia suscita um estilo próprio de texto científico: mais descritivo que referencial, adensado por adjetivos e conotativos que muitas vezes aproximam-no da escrita literária.

Quanto à apropriação, entende-se que os constructos teóricos da antropologia precisam recontextualizar o sentido e a intenção das práticas culturais dos outros por meio dos artifícios de entendimento próprios. O encontro entre o dentro e o fora da cultura são mediados pelas possibilidades de entendimento que o acabouço cultural próprio fornecem aos etnólogos. São eles os responsáveis por fazerem a ponte entre lugares (físicos e ontológicos) distintos – o que conseguem realizar por meio da experiência vivida e da forma como escrevem sobre elas. As referências ao lugar do outro e ao lugar próprio são importantes à medida que ajudam a esclarecer a diferença e os motivos da razão e desrazão de certas práticas culturais. A ideia moderna de alteridade que, de modo simples, é o movimento de colocar-se no lugar do outro, presume que o etnólogo produza uma teoria etnográfica que se aproprie da teoria nativa, mas que a explique nos termos de uma investigação científica. Quanto a isso, importa dizer que essa explicação não busca descrever a cultura como um objeto – tal como são as descrições das ciências naturais – mas apreendê-la sem suprimi-la, para pensar sobre o mundo do outro como ponto de apoio para o pensamento sobre o próprio mundo.

A etnografia capta a diversidade de formas sociais desdobradas no espaço. Mas além dos limites físicos e simbólicos que situam as práticas culturais, o campo também se relaciona ao tempo. O objeto de estudo da etnografia são as práticas sob a forma de realidades discretas localizadas também temporalmente. Como parte do rigor do método, o pesquisador precisa conviver com os nativos por certo tempo – um tempo indefinido, mas que precisa ser longo o suficiente para que se possa assimilar o sentido das práticas e tomar parte delas. Apesar disso, não é desse tempo que falamos quando acrescentamos a dimensão tempo à construção do campo. O tempo em questão é o tempo das práticas culturais: o contexto vivencial que está relacionado ao tempo histórico, com a diferença que “o historiador se esforça para reconstruir a imagem das sociedades tais como foram nos momentos que para elas correspondiam ao presente, ao passo que o etnógrafo faz o melhor possível para reconstruir as etapas históricas que precederam no tempo as formas atuais” (LEVI-STRAUSS, 1989, p. 284).

As práticas são dinâmicas, desenvolvem-se no presente, e o que o relato etnográfico faz é capturar esse momento. Isso acaba por eternizá-lo, mas o objetivo da etnografia não é inventariar as práticas para conservá-las, e sim entendê-las a partir do contexto espaço-temporal onde se desenvolvem. Com o acelerado processo de perda cultural que observamos na modernidade, etnografias de povos extintos ou em vias de extinção podem acabar se transformando em registros históricos. Apesar disso, o tempo da etnografia é diacrônico e se desenrola no espaço, no ciclo das práticas, construindo um sentido

A antropologia parte da prática no contexto de vida do praticante para tentar entendê-la nos seus próprios termos e conforme sua própria noção de temporalidade. Para isso, o etnólogo precisa se deslocar no espaço e deslocar também sua subjetividade para “tomar parte dos jogos dos nativos” (MALINOWSKI, 1978, p. 31), pelo tempo exigido por esse contato. É nisso que consiste, afinal, a observação participante – técnica por excelência da pesquisa antropológica. Entrar no campo, como dizem os antropólogos, é assumir o lugar do outro na compreensão de que culturas se igualam a conjuntos de significado de onde se pode entrar e sair. Na maior parte das vezes, os limites desse conjunto são traçados em um lugar físico para onde se pode ir, mas o que importa ressaltar aqui é que esse lugar (o campo) é construído pelo pesquisador. É o etnólogo que demarca seus limites simbólicos e elabora, assim, sua

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

existência. Para ilustrar com um exemplo: é fato que os *nuer* ocupavam o Sudão do Sul e que Evans-Pritchard precisou se deslocar até lá para frequentar o campo de pesquisa.

Mas o que distinguiu esse grupo de outras sociedades nilóticas foram as diferenças identificadas pelo etnólogo entre esse povo em relação aos seus vizinhos. Foi mapeando o traçado das práticas *nuer* pelo espaço que se delimitou o campo. Sua existência dependeu das construções de sentido feitas pelo pesquisador. Essas construções, ainda que devam se aproximar do significado que o povo estudado confere a si mesmo e ao seu contexto vivencial, refletem como o pesquisador aprendeu a delimitar e mapear o espaço na sua própria cultura. Não podemos esquecer, afinal, que formas ocidentais colonialistas de definição do espaço trouxeram à existência certo país chamado Sudão do Sul, que passou a referenciar – para Evans-Pritchard e os leitores de sua etnografia – o solo onde a cultura *nuer* se enraizou. Até aqui, temos tentado esclarecer a relação entre cultura e espaço com o objetivo de situar a etnografia. Esse esforço implicou resgatar uma linha de pensamento que concebe o campo como um lugar físico, de onde se pode entrar e sair, e também como o lugar simbólico em que a identidade do grupo pesquisado está ancorada. Dissemos que o objetivo da etnografia é descrever uma cultura e que isso é feito nos termos de uma análise que busca o sentido das práticas culturais. Colocando em outras palavras, a etnografia seria o meio para acessar esse sentido, que são as representações. Nas etnografias clássicas, a questão das representações se interpõe à relação entre etnografia e espaço, formando uma tríade conceitual bastante hermética. Numa extrapolação crítica dessa questão, Rosaldo (1988) propõe que, para a antropologia tradicional, certas representações sobre o significado das práticas culturais estariam inevitavelmente relacionadas a lugares. Por exemplo, “vá para a Índia para hierarquia, Nova Guiné para profanação, Oceania para adoção, África para descendência unilinear e assim por diante, ao redor do globo” (ROSALDO, 1988, p. 79). Assim, a sobreposição de cultura e lugar na prática da etnografia – que justifica que “entrar em campo” seja um movimento físico – se coaduna com estratégias ideológicas para grilar e incorporar espaços e culturas às perspectivas colonialistas com as quais colaborou a antropologia dos primeiros tempos (início do século XX).

Já nos encaminhando para o fechamento dessa seção, é preciso afinal revisar argumentos e esclarecer como essa breve reflexão sobre o lugar da etnografia para a antropologia traz implicações importantes para as pesquisas em organizações. A primeira delas é que o lugar da prática etnográfica é construído pelo pesquisador a partir das perspectivas nativas sobre espaço e tempo. Essa construção é orientada por teorias de base, que podem ser mais ou menos científicas ou ideológicas, mas que refletem a maneira como a cultura ganha uma dimensão material na análise antropológica. A segunda implicação é que, por causa disso, os lugares podem se tornar emblemáticos e obscurecer o que realmente importa na etnografia: a observação das práticas das pessoas no seu contexto vivencial. Conforme a crítica de Rosaldo (1988, p. 79), o problema da antropologia clássica é que a sobreposição de lugar e cultura acabou por criar zonas de invisibilidade, ou seja, “fenômenos culturais que escapam à análise porque não confirmam a expectativa-padrão sobre o que é típico ou autêntico”. No âmbito dos estudos organizacionais, essa problemática se relaciona a uma perspectiva estruturalista da organização como um lugar físico – um espaço aberto ou fechado, equipado e povoado, tal como uma fábrica ou um escritório –, que obscurece um entendimento mais amplo sobre o que a organização pode ser.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

3. Etnografias nos Espaços Organizacionais: A Perspectiva Estruturalista

Como já dissemos, a etnografia foi o método elaborado pela antropologia para captar o ponto de vista dos nativos (MALINOWSKI, 1978) em contatos interculturais. Esses contatos pressupõem a distância subjetiva entre o etnólogo e o grupo pesquisado e no início da prática etnográfica, nas primeiras duas décadas do século XX, isso esteve relacionado a deslocamentos físicos e ao exotismo de viagens a terras distantes. Todavia, pode-se dizer que muito cedo na história da etnografia o método passou a ser utilizado de maneira inovadora em alguns dos primeiros estudos da sociologia comportamental conduzidos em organizações e indústrias nas décadas de 1930 e 1940 (SCHWARZMAN, 1993). A partir desse momento, a questão do espaço nas etnografias organizacionais passa a se relacionar com o próprio conceito de organização, abrindo tanto possibilidades quanto limitações e mesmo problemas epistemológicos e metodológicos. A presente seção é dedicada a apresentar como a etnografia adentrou o campo dos estudos organizacionais quais foram as implicações do processo de construção do campo da prática etnográfica sobre o conceito de organização.

A prática da etnografia no ambiente organizacional tem antecedentes na etnografia urbana americana, propagada pela Escola de Chicago. Nos anos 1920, o pensamento a respeito das ciências sociais cultivado por professores e pesquisadores da Universidade de Chicago expressava a necessidade de responder a uma circunstâncias da modernidade capaz de impactar a prática científica tanto quanto a vida social: as prerrogativas de ordem do positivismo. O grupo de Chicago se formou no contexto de uma cidade cujo quadro social podia ser descrito como “desordenado” devido ao acelerado crescimento urbano (THOMAS, 1993). O interesse dos pesquisadores da Escola de Chicago por temas relacionados às questões emergentes e aos problemas da vida em uma metrópole multicultural levou parte do grupo a observar detalhadamente o cotidiano de grupos urbanos, abrindo possibilidades para etnografias urbanas. A ideia de lugar na prática etnográfica ganhou profundidade porque o mundo próprio e o mundo do outro poderiam coexistir na mesma região geopolítica (a cidade), a apenas algumas dezenas ou centenas de metros de distância. O campo da etnografia urbana passa a ser, então, um recorte do espaço urbano – ou seja, os limites de um bairro ou de um conjunto deles ou mesmo de uma rua ou do itinerário que certo grupo social desenha nos rastros do seu dia-a-dia.

Além da nova possibilidade de pensar o estranhamento simplesmente como o encontro entre vizinhos, a etnografia urbana também possibilitou que certos equipamentos da cidade ou da vida que se passa nesse cenário passassem a ser temas de interesse antropológico. Quanto a isso, não podemos nos esquecer que a vida nas cidades modernas é marcada pelas transações que os cidadãos precisam realizar com diferentes tipos de organizações. Colocando em outras palavras, a vida nas cidades depende das organizações, posto que o cidadão não pode obter os meios da própria subsistência se não adquirir/receber ou obter de qualquer modo os bens de que precisa. As organizações também interferem fortemente na produção do espaço urbano, porque o próprio conceito de cidade está relacionado à existência de órgãos públicos, de instituições e de empresas. Sobre essa questão, também podemos assinalar que a densidade de ocupação torna o espaço urbano especialmente valioso para a especulação imobiliária.

Podemos dizer que a etnografia urbana deu guarida à etnografia organizacional, mas a aproximação entre os estudos sobre a cidade e os estudos sobre as organizações conduzidos através esse método possivelmente param por aí (pelo menos, em uma primeira abordagem sobre a questão). A antropologia urbana passou a se dedicar às culturas de grupos citadinos

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

enquanto a vida organizacional tornou-se objeto de interesse para a sociologia das organizações, especialmente para o domínio do comportamento organizacional. Nas décadas de 1930 e 1940 os famosos experimentos de Hawthorne – conduzido em plantas industriais de Chicago e da cidade vizinha, Cicero – tornaram-se emblemáticos para pesquisas qualitativas em organizações.

Embora não seja usual pensar em Hawthorne como o cenário de uma etnografia, não podemos esquecer que a pesquisa tinha por objetivo conhecer as distinções entre a organização formal e informal e sugerir métodos gerenciais que pudessem maximizar a produção e minimizar conflitos (SCHWARZMAN, 1987). É sabido que as metodologias e técnicas empregadas nesse estudo são obscuras e questionáveis à luz do pensamento contemporâneo sobre pesquisa organizacional (MULDON, 2012), mas isso não justifica minimizar sua importância (BURRELL; MORGAN, 1978). Controvérsias metodológicas a parte, as premissas do estudo implicavam olhar a realidade organizacional *de perto e de dentro* e foi assim que o grupo coordenado por Elton Mayo e seus colaboradores procedeu ao observar o trabalho de pequenos grupos e, depois, ao entrevistar boa parte dos funcionários da Western Electric Company. Sua análise não foi propriamente antropológica, mas ao ressaltar a importância dos comportamentos coletivos, chamando atenção para a existência de diferentes grupos nas organizações, inaugurou o interesse pela cultura no interior (e ao redor) das mesmas (SCHEIN, 1996).

No que concerne a relação entre etnografia e espaço, o experimento traz consequências que não foram problematizadas ao longo do tempo nem pela antropologia, nem pela teoria organizacional. Muito provavelmente porque esses dois campos do conhecimento tiveram, historicamente, pouco espaço comum de diálogo – o que os afastou (BATE, 1997) e fez com que a etnografia organizacional fosse praticada em bases pouco sólidas ou de maneira pouco rigorosa, considerando-se os preceitos antropológicos. Embora as discussões sobre espaço e prática etnográfica tenham avançado na antropologia (ROSALDO, 1988; STRATHERN, 1995), a questão permaneceu intocada nos estudos organizacionais. Seguindo a tendência funcionalista-estruturalista dos trabalhos nesse campo, as etnografias organizacionais partiram de uma definição de organização como um lugar produzido a partir do arranjo de pessoas e coisas no espaço. Dessa forma, o campo da etnografia organizacional seria, naturalmente, uma organização que tem existência física – ou seja, um lugar concreto e claramente delimitado de onde se pode entrar e sair. A repercussão dos estudos de Hawthorne contribuiu para que a etnografia organizacional se tornasse quase sinônimo de etnografia (ou pesquisa qualitativa, de modo mais genérico) *na* organização. A partir daí, não demorou muito até que uma série de mau-entendidos sobre pressupostos ontológicos do fenômeno organizacional e, mais ainda, o desconhecimento dos princípios do método etnográfico transformassem a etnografia *na* organização em etnografia *da* organização.

Esse jogo de preposições pode parecer retórico, mas vai muito além. A etnografia *na* organização pressupõe uma definição estruturalista para o fenômeno organizacional que se tornar um *a priori* quando os pesquisadores estabelecem o campo da etnografia. Colocando em outras palavras, essa postura tende a ignorar os aspectos teóricos que balizam a construção da organização como campo empírico, porque parte do princípio de que tais aspectos estão dados. Embora a etnografia seja alternativa ao *mainstream* da pesquisa sobre organizações, a falta de preocupação de grande parte dos pesquisadores com a construção do campo assevera a perda do potencial crítico desse método.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

A etnografia conduzida *na* organização, ou pelo menos, aquela que assume esse posicionamento de modo não problemático, omite que o *status* ontológico da organização estrutural-funcionalista seja passível de questionamento. Ao presumir que a organização tem uma existência física significativamente importante, o pesquisador diminui a relevância daquilo a que se propõe estudar: as práticas humanas no seu contexto. A etnografia *da* organização, incorre na mesma limitação e ainda em um problema metodológico grave, que é tomar a organização – e não as práticas das pessoas na organização – como objeto da pesquisa.

Mais de trinta anos depois de Hawthorne, na década de 1970, o método etnográfico ganhou evidência em razão do crescente interesse a respeito da cultura organizacional. Esse interesse era motivado, principalmente, pelo fenômeno da globalização e pela ampliação das fronteiras gerenciais na economia capitalista. Assim como na antropologia dos primeiros tempos, o estudo da cultura organizacional tinha forte caráter imperialista. Consequentemente, os estudos sobre cultura *das* organizações ganharam também um lugar no mapa da geopolítica mundial e passaram a se vincular a certas representações totalizantes e, em grande medida, estereotipadas de culturas nacionais (HOFSTED, 1991). Esses estudos abertamente funcionalistas – e, convém ressaltar, não necessariamente etnográficos – tinham o objetivo de compreender as diferenças nacionais nos sistemas de negócio em favor dos interesses específicos da gestão de empresas multinacionais (HASSARD; MCCANN; MORRIS, 2007) destacando, ainda que de forma incipiente, funcionalista e, por vezes, estereotipadas, as dimensões simbólicas das organizações que foi efetivamente discutida a partir das etnografias interpretativistas.

4. A Produção Simbólica das Organizações: Etnografias Interpretativas

O entendimento de que as organizações são espaços de simbolismo intensivo (CARRIERI; SARAIVA, 2007) possibilitou a construção de um importante diálogo dos Estudos Organizacionais com a Antropologia, especialmente por meio do desenvolvimento de etnografias que tem como base os pressupostos interpretativistas (YEN-TSANG et al., 2013). O interpretativismo se consolida enquanto base epistemológica na medida em que destaca a necessidade de entendimento sobre como os sujeitos produzem conhecimento sobre o mundo, bem como destaca a necessidade de discussões sobre como os sujeitos interpretam e compreendem a produção de significados sobre esse mundo. Deste modo, ainda é possível observar que as abordagens interpretativas reproduzem o entendimento inicial da antropologia de separação entre natureza e cultura, buscando na capacidade humana de produzir representações simbólicas (cultura) sobre a realidade (natureza) o entendimento dessa própria realidade.

Um dos principais antropólogos que se pautam em uma abordagem interpretativa para compreender a realidade social e referenciado nos Estudos Organizacionais é Geertz (1989). Geertz (1989), compreende cultura como homens amarrados a teias de significados, tecidos pela constituição de suas relações, onde as ações humanas são entendidas como ações simbólicas na medida em que são as constituintes das relações sociais. Deste modo, a cultura se constitui por este emaranhado de teias e de suas análises e o seu estabelecimento, enquanto ciência, relaciona-se não na busca de leis gerais e funcionais, mas como uma ciência interpretativa na procura de significados. Com efeito, o “fazer etnográfico”:

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

[...] implica descrever quem eles [nativos] pensam que são, o que pensam que estão fazendo, e com que finalidade pensam que o estão fazendo [...] é necessário adquirir uma familiaridade operacional com os conjuntos de significados em meio aos quais elas levam as suas vidas. Isso não requer sentir como os outros ou pensar como eles, o que é simplesmente impossível. Nem virar nativo, o que é uma ideia impraticável, inevitavelmente falsa. Requer aprender como viver com eles, sendo de outro lugar e tendo um mundo próprio diferente.

O “fazer etnográfico” consiste na interpretação das “práticas espaciais de convivência intensiva” (CLIFFORD, 1997) com o grupo estudado que possibilitará o desenvolvimento de uma descrição densa do trabalho de campo. Deste modo, nas etnografias interpretativas a delimitação do campo de pesquisa é realizada com base no entendimento da produção simbólica dos sujeitos na pesquisa. São os sentidos produzidos e atribuídos ao espaço habitado que possibilitará definir os limites do campo de pesquisa e, mais do que isso, captar as representações simbólicas que subsidiam a construção social da realidade.

Rocha e Eckert (2008) destacam que o “fazer etnográfico” impõe ao pesquisador um deslocamento de sua própria “cultura” para que o mesmo possa “se situar” no fenômeno estudado. Ainda para as referidas autoras “se situar” a partir do fenômeno estudado implica uma participação efetiva nas formas de sociabilidade das quais a realidade investigada se apresenta. É um processo reflexivo da vida social que exige um “olhar” e uma “escuta” sempre atenta ao que acontece no contexto estudado de forma que seja possível o pesquisador adentrar e acessar o seu campo de pesquisa (ROCHA; ECKERT, 2008). A etnografia permite o “acesso” ao “mundo simbólico” dos sujeitos pesquisados por meio das práticas de sociabilidade constituídas no desenvolvimento do trabalho de campo. Sendo assim, as etnografias interpretativas possibilitam compreender as relações entre cultura e espaço a partir das representações simbólicas produzidas pelos sujeitos na apreensão da realidade na qual eles estão inseridos.

Considerando que a compreensão e apreensão do mundo perpassa a interpretação da produção simbólica da realidade pelos sujeitos, na área de Administração uma das principais contribuições dessa “postura etnográfica” (ROCHA; BARROS; PEREIRA, 2005) de abordagem interpretativa de estudos antropológicos é o entendimento de que o espaço organizacional não pode ser definido com base em limites físicos tão pouco ser considerado como unívoco em uma mesma organização. O espaço organizacional é algo abstrato, sendo produzido simbolicamente e substanciado pelas representações (cultura), por isso soa os estudos sobre cultura organizacional que avançam teoricamente a aproximação entre o campo de pesquisas em Administração e Antropologia.

De forma ampla, as etnografias interpretativas possibilitaram a compreensão das relações entre cultura e espaço na área de Administração, especialmente via os estudos sobre cultura organizacional. Jaime Jr. (2005), por exemplo, em um estudo etnográfico sobre uma empresa binacional destaca como as representações simbólicas e a produção de sentidos sobre o trabalho constitui diferentes espaços organizacionais em uma mesma organização. Pinheiro e Carrieri (2014) destacam, por meio de uma etnografia em uma organizações como os sujeitos estabelecem jogos sociais no cotidiano de trabalho de modo a produzir realidades de trabalho que sejam coerentes com a dinâmica simbólica das relações laborais que produzem o “eu” e o “outro”, ou, os “gerentes” e o “chão de fábrica”.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Porém, são nos estudos de Cavedon (1988) sobre instituições de ensino, na área de segurança pública (CAVEDON; 2014) ou em pequenas e micro empresas (FERRAZ; CAVEDON, 2005) que cultura organizacional deixa de ser considerada como um fenômeno gerenciável, sendo considerada no plural, heterogênea e simbólica. Para a referida autora, o conceito de cultura organizacional é definido como sendo:

[...] a rede de significações que circulam dentro e fora do espaço organizacional, sendo simultaneamente ambíguas, contraditórias, complementares, díspares e análogas implicando ressemantizações que revelam a homogeneidade e a heterogeneidade organizacionais (CAVEDON, 2004, p. 33-34).

Justamente por esse entendimento simbólico de interpretação e da capacidade de produção de sentidos dos sujeitos que a etnografia é uma metodologia de pesquisa com um espaço relevante na área de Estudos Organizacionais. Nessa mesma linha de pesquisa, Flores-Flores-Pereira, Cavedon e Davel (2008) destacam como, por meio de um estudo etnográfico, essa relação entre cultura e organização pode ser compreendida por meio da produção de artefatos organizacionais, especificamente o próprio corpo humano como desdobramento dessa dinâmica.

Para os referidos autores, a etnografia possibilita compreender cultura e espaço organizacional pelos modos como as culturas organizacionais produzem o corpo artefato e a experiência cultural incorporada nas organizações. Deste modo, ainda que Flores-Pereira, Cavedon e Davel (2008) adotem uma abordagem fenomenológica e interpretativa para as discussões entre etnografia, cultura e espaço nas organizações, essa pesquisa avança teoricamente na área de Administração ao discutir as experiências pré-reflexivas, ou seja, a compreensão da realidade organizacional para além do domínio da consciência humana passível de controle e de produção de sentidos que preenchem o espaço organizacional (abstrato). Sendo assim, essa abordagem fenomenológica da etnografia possibilita também avançar na superação da divisão entre natureza e cultura que caracterizou os primeiros estudos antropológicos e etnográficos, pois considerada a necessidade de reconhecimento do corpo humano biológico também sendo produzido culturalmente.

Outro “espaço” produzido pela etnografia nos Estudos Organizacionais que possibilita a compreensão das relações entre cultura e espaço são os estudos sobre as cidades, conforme pode ser observado no trabalho de Ipiranga (2010). De acordo com a referida autora, a cidade pode ser compreendida a partir da organização de seus diferentes espaços que, no contexto em estudo, foi delimitado a emergência de bares e restaurantes em três bairros na cidade de Fortaleza, Ceará. Como resultados da etnografia na cidade, Ipiranga (2010, p. 1) destaca as diferentes práticas de produção simbólica e de intervenção do Estado na cidade nas formas de sua ocupação “proporcionaram a emergência de espaços intermediários no contexto de uma cidade dividida em duas, rica em simbolismos e interação, fragmentada e solitária, incapaz de compartilhar os códigos culturais, o que sugere desafios à sua gestão”. A autora, com base em uma etnografia da dinâmica simbólica da cidade, possibilita a ampliação do conceito de espaço organizacional delimitada em um lugar para a sua compreensão e constituição com base nas interações sociais.

Especificamente sobre o conceito de espaço, a pesquisa de Figueiredo (2009) sobre representações sociais de um centro comercial e Fantinel (2013) sobre as sociabilidades organizacionais destacam como os diferentes modos de produção do espaço organizacional, a partir da dinâmica simbólica produzida entre os sujeitos sociais. Figueiredo (2009) afirma que

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

as representações sociais produzidas e reproduzidas no cotidiano de trabalho configuram hierarquias de poder simbólico entre as pessoas de formas a classificar os “bons” frequentadores, os “maus” frequentadores e os frequentadores “invisíveis” do centro comercial estudado.

Já Fantinel (2013) argumenta que as sociabilidades organizacionais são ações recíprocas que se constroem a partir de processos interativos, representativos e simbólicos que se dão dentro e fora do espaço organizacional, permeados pela gestão e pelo cotidiano organizacional. Deste modo, as relações entre etnografia, cultura e espaço possibilitam compreender como o conceito de espaço organizacional não pode ser limitado as estruturas organizacionais, mas, compreendem, também, as interações simbólicas entre os sujeitos para além do espaço de trabalho (FANTINEL, 2013). Com efeito, as sociabilidades construídas no desenvolvimento da etnografia possibilitam compreender como simbolicamente o espaço organizacional é produzido e dinamizado com base nas interações sociais além das relações de trabalho, a exemplo dos *happy hours* (FLORES-PEREIRA; CAVEDON; DAVEL, 2008).

Chiesa e Cavedon (2013), ao discutirem como as organizações podem se constituir em não lugares, também objetivam debater como a etnografia pode contribuir para o avanço teórico dos debates sobre os espaços organizacionais. Apesar de apropriação do conceito de não lugar para se compreender a dinâmica organizacional seja complexa, por destituir as diferentes relações de poder que caracterizam as relações sociais contemporâneas (COSTAS, 2013), e considerarem que as organizações transitam, portanto, ainda considera-as como entes, as autoras, ao etnografarem uma organização cultural que atua no segmento digital, afirmam que as práticas possibilitam que as organizações produzam diferentes espaços pela cidade, portanto, não possibilitando a demarcação de limites fixos de onde estas começam ou terminam, mas onde elas acontecem, conforme propõe Schatzki (2006), por exemplo.

Sendo assim, as relações entre etnografia, cultura e espaço nas etnografias interpretivistas destacam ao efeitos das experiências das interações sociais como base construção do trabalho de campo. É por isso que, como afirma Clifford (1997), a autoridade etnográfica deriva do argumento do “estar lá” e das “práticas de convivência intensa” com o campo de pesquisa com base para as interpretações das interpretações (GEERTZ, 2001), visto que o próprio “ponto de vista do nativo” (GEERTZ, 2001) é uma interpretação da realidade. Nessa abordagem de estudos é possível compreender uma perspectiva textualista de entendimento das relações entre etnografia, cultura e espaço devido a possibilidade de uma descrição densa da realidade, conforme destaca Geertz (2001).

Um pouco em comum dos estudos interpretativos é a relevância das práticas sociais como forma de uma primeira tentativa de não separação entre a dimensão simbólica e material das produções culturais. É possível considerar, então, que a incorporação dos estudos baseados em práticas (EBP) nos Estudos Organizacionais possibilitou uma reformulação do conceito e das formas de estudos dos espaços organizacionais, bem como da condução das etnografias. Com efeito, na próxima seção deste artigos, discutiremos as relações entre etnografia, cultura e espaço tendo como base os estudos baseados em práticas (EBP).

5. Do Local ao Global: Etnografias das Práticas Organizacionais

O método etnográfico possibilita novas leituras sobre a realidade social revelando lógicas e fragmentos do que era até então considerado como estranho ao pesquisador

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

(MAGNANI, 2009). Nessa perspectiva, Clifford (1997) destaca que no século XX os estudos etnográficos privilegiaram as relações de convivência intensiva sobre as relações de percurso do etnógrafo na construção do campo de pesquisa. Clifford (1997) destaca o legado positivista e colonialista dos primeiros estudos antropológicos que consideravam o “campo” como um laboratório ou um lugar a “ser descoberto” como principal fator da necessidade de se determinar exatamente as fronteiras do campo de trabalho, e, mais ainda, de considerar o “estar lá” em detrimento da construção do objeto etnográfico. Ainda para Clifford (1997), é necessário então retomar a processualidade da etnografia e considerar os circuitos que possibilitam compreender fenômenos sociais que se constituem em diferentes localidades e são interconectados por diversos aspectos sociais.

O trabalho de campo para Clifford (1997) deve ser compreendido como encontros de percursos, pois se caracteriza por um *mix* de práticas institucionalizadas de conviver e de percorrer o espaço pesquisado. Estes percursos se caracterizam por práticas espaciais. Retomando as discussões de Certeau (2008), Clifford (1997) afirma o espaço como sendo discursivamente mapeado e corporalmente praticado. Portanto, não existe um campo dado ou determinado, mas ele é trabalhado (CLIFFORD, 1997) e construído, sendo os critérios de profundidade e intensidade de envolvimento do pesquisador alterados a partir da construção do objeto de estudo.

Sendo assim, o método etnográfico implica uma dimensão política de realização da pesquisa. É uma construção política, pois se refere ao “encontro” de diferentes sujeitos que pode resultar na construção de um texto polifônico, na medida em que o etnógrafo se propõe a construir de forma colaborativa com os outros sujeitos na pesquisa o conhecimento etnográfico (CLIFFORD, 2008).

Essas discussões sobre a necessidade de se retomar a processualidade da etnografia também ocorreu nos Estudos Organizacionais (EOR), especialmente em termos de problematização do conceito de organização. Especificamente, nesse artigo, enfatizaremos as contribuições dos Estudos Baseados em Práticas (EBP), pois são estas pesquisas que apresentam um debate sobre as práticas etnográficas e suas dinâmicas frente a construção das relações entre cultura e espaço nos EOR.

Os EBP nos Estudos Organizacionais consideram que as práticas, as “maneiras de fazer” dos sujeitos sociais, possibilitam transcender as divisões de plano de análise micro-meso-macro social das organizações e compreender o cotidiano nos processos organizativos com base, também, na dimensão macrosocial da sociedade. Uma das principais contribuições dos EBP tem sido desconstruir a visão reificada das organizações (CZARNIAWSKA, 2013; GHERARDI, 2012), compreendidas e apreendidas como um ente social, entendendo-as como processos organizacionais (SCHATZKI, 2006).

Ao considerarmos os EBP como uma epistemologia (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011), a teoria das práticas passa a ser construída com o objetivo de compreender como as micropolíticas do cotidiano organizacional se constituem com base em desigualdades e de diferenças nas relações de poder (ORTNER, 2005). As etnografias nos EBP deixam de ser consideradas como método de pesquisa desenvolvido em um local, ou focado enfaticamente na dimensão microanalítica, e consideram a necessidade de seguir as dinâmicas dos processos que constituem as organizações. Com efeito, não há mais um “local” definido para a práticas da etnografia organizacional, mas um contexto sociohistorico e cultural que deve ser considerado para a compreensão das organizações. Se não é possível definir *a priori* o local

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

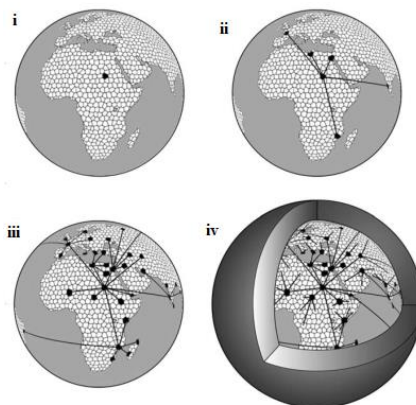
FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

da etnografia, como esse método de pesquisa é operacionalizado em uma abordagem prática e processual nos Estudos Organizacionais?

Retomando as discussões de Clifford (1997) sobre a necessidade de se considerar a dinâmica processual da etnografia, Marcus (1999; 1995) afirma que as relações sociais, linguagens, práticas ou processos da vida cotidiana que possuem uma inserção macrossocial podem demandar que sejam realizadas adaptações nos lócus de realização do estudo etnográfico. O referido autor, destaca a necessidade de se estabelecer etnografias multissituadas no intuito de articular as dimensões microanalíticas do trabalho de campo com as conformações macrossociais de consituição do objeto etnográfico em tempos e espaços difusos, como pode ser observado na figura 1.

De acordo com Cooke, Laidlaw e Mair (2009), os objetos de estudos etnográficos estão em interação com as relações de forças macrossociais, a exemplo dos sistemas econômicos, e suas formações se dispersam na sociedade, como pode ser observado nas linhas pretas da figura 1, rompendo com o entendimento da existência de campos locais de etnografia (i) e se espalham ao redor do mundo (ii-iii) resultando na necessidade de agregá-las para formar o campo multi-localizado (iiii). Marcus (1999) discute que na etnografia multissituada o mais importante não é somente traçar as linhas de conexões entre o objetos estudos, mas, especialmente, discutir as relações sociais e a produção material destes movimentos que possibilitam formar “circuitos culturais”.

Figura 1 - Representação da pesquisa etnográfica multissituada



Fonte: Adaptado de Cooke, Laidlaw e Mair (2009)

Algumas críticas em relação à etnografia multissituada se referem a possibilidade de não se realizar uma descrição densa (GEERTZ, 1989) dos locais estudados ou das “práticas espaciais de convivência intensiva” (CLIFFORD, 1997, p. 57). Porém, como afirma Horst (2009), o foco deste processo etnográfico é realizar uma descrição densa dos elementos que possibilitem analisar as redes de conexões entre as pessoas, práticas, atividades ou significados analisados ou seja, é uma descrição densa do processo de construção do campo de pesquisa etnográfica. Conforme discute Marcus (1995), o trabalho de campo multissituado é, portanto, sempre conduzido com uma consciência de estar dentro da paisagem e como a paisagem muda em diferentes locais a identidade do etnógrafo exige renegociação.

DeWalt e DeWalt (2011) destacam que as questões de gênero, de sexualidade, classe, raça são categorias sociais que delimitam a forma de inserção etnográfica em campo, pois

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

dizem respeito à forma de construção e posicionamento dos sujeitos na sociedade. Ainda para os referidos autores, poucos estudos etnográficos têm debatido como estas questões influenciam o acesso e desenvolvimento do trabalho etnográfico, bem como o desenvolvimento da etnografia, pois é uma forma de exposição do pesquisador e da pesquisa que o ambiente acadêmico ainda se distancia em problematizá-los. Entretanto, é necessária a produção destes debates no trabalho de campo, visto que as pesquisas etnográficas também implicam uma dimensão política de sua operacionalização.

Sobre as discussões de como a etnografia possibilita problematizar as relações entre cultura e espaço organizacional, dois trabalhos na área de Estudos Organizacionais destacam essa dinâmica, sendo estes de Oliveira (2014) e Alcadipani Rosa (2010). A pesquisa de Alcadipani e Rosa (2010), tendo como base um estudo etnográfico realizado em uma organização no Reino Unido, destacam como o colonialismo preserva hierarquias sociais que se manifestam na prática da pesquisa etnográfica, especificamente em questões de gênero. De acordo com os referidos autores, ainda que o etnógrafo latino-americano queira posicionar o sujeito europeu como o “outro” na pesquisa, o contexto cultural colonialista possibilita uma inversão que o desloca de volta para a posição do “outro”, do excêntrico no espaço organizacional.

Oliveira (2014), em uma pesquisa realizada com base em uma etnografia multilocalizada com circos contemporâneos no Brasil e no Canadá, contribui com estas discussões ao afirmar que além de questões de gênero destaca-se, também, fatores raciais na realização do trabalho de campo etnográfico. Nesse estudo, Oliveira (2014) destaca que sendo brasileira e negra, o fator racial a posicionou como sendo uma “estrangeira” na região sul do Brasil, devido a fatores raciais, e uma “típica brasileira” no Canadá, devido a produção discursiva da figura da mulata. Deste modo, o negro é considerado como sendo o “outro” nos dois contextos organizacionais estudados. Com efeito, as relações entre etnografia, cultura e espaço nessas pesquisas possibilitam o entendimento de como a dinâmica sociohistórica macrosocial influencia as micropolíticas do cotidiano etnográfico.

Seguindo essa perspectiva de análise processual das organizações e da etnografia, Tureta (2010) desenvolve um estudo etnográfico sobre a produção de um desfile de escola de samba. Ao pesquisar o setor de harmonia da agremiação, que é responsável pela mobilidade da escola de samba durante seu desfile, o autor evidencia como um conjunto de elementos heterogêneos são articulados na rede de práticas da organização para formar um macro-ator: a escola de samba. Tureta (2010) destaca que a etnografia possibilita compreender como diferentes arranjos entre elementos humanos e não humanos no cotidiano de trabalho possibilitam a organização acontecer processualmente. O autor destaca que os elementos não-humanos possuem influência na prática da pesquisa de campo e podem gerar transformações, inclusive, nas formas de condução da etnografia.

Com efeito, essas discussões propostas por Tureta (2010) avançam teoricamente nos debates sobre etnografia, cultura e espaço nos Estudos Organizacionais, pois destacam a necessidade de se repensar a dualidade natureza e cultura na medida em que considera a capacidade de agência da natureza e não somente da cultura. Estudos como de Camillis (2011) e Montenegro (2013) que, assim como Tureta (2010), utilizaram a Teoria Ator-Rede como base teórica, também destacam estas proposições de superação da dualidade natureza e cultura nos Estudos Organizacionais.

Sendo assim, as relações entre etnografia, cultura e espaço em uma abordagem das práticas destaca que o espaço organizacional não somente é heterogêneo, como preconizam os

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

estudos interpretativos, como não podem ser compreendidos com base em dualidades, seja essa entre a dimensão empírica e simbólica, na medida em que as análises sobre as representações não são o foco deste estudos, mas o processo organizativo, bem como a relação entre natureza e cultura que deve ser considerada em uma dinâmica sóciohistórica, cultural e política materializada na produção de objetos, ou mesmo nos próprios corpos dos pesquisadores, como destacam as pesquisas sobre gênero e raça.

6. Considerações Finais

Apesar de a etnografia já ter sido incorporada enquanto método de pesquisa aos Estudos Organizacionais é preciso destacar que a construção metodológica de um estudo está imbricada aos pressupostos epistemológicos que os constitui. Sendo assim, é preciso considerar que a produção de conhecimento em Administração que se utilize do método etnográfico deve reconhecer as diferentes formas do “fazer etnográfico”, portanto, este não é um método uniforme. Ao propormos um debate a respeito da incorporação da etnografia como método de pesquisa na área de Administração e seus efeitos na construção epistemológica do conceito de espaço organizacional nos Estudos Organizacionais, destacamos justamente a necessidade de uma aproximação das discussões sobre epistemologia do conhecimento em Administração com os debates epistemológicos de construção do método etnográfico.

Conforme apresentam Yen-Tsang et al. (2013), os estudos etnográficos na área de Administração no Brasil tem enfatizado e apresentado como principal autor deste método antropológico Clifford Geertz. Entretanto, nem todas as etnografias podem ser consideradas com base no interpretativismo e utilizar os debates de Clifford Geertz como base de construção da etnografia organizacional. Existe uma diversidade de abordagens e de autores que discutem etnografia, sendo necessário aos pesquisadores em Estudos Organizacionais se atentarem a estes estudos e avancarem em termos teóricos e de método de pesquisa na utilização dos pressupostos etnográficos em suas pesquisas.

Para exemplificar os efeitos dos diferentes modos de condução da pesquisa etnográfica na construção teórica na área de Administração, o quadro 1 apresenta uma síntese de compreensão das relações entre etnografia, cultura e espaço nas diferentes práticas de pesquisa etnográfica apresentadas nesse estudo na construção do conceito de espaço organizacional.

Quadro 1 - Os espaços das etnografias nos Estudos Organizacionais

	Etnografias estruturalistas	Etnografias interpretativas	Etnografias pós-estruturalistas
Relações entre etnografia, cultura e espaço	Estruturas que ordenam as relações sociais e possibilitam o desenvolvimento da sociedade. O foco dos debates está na dimensão	Produções simbólicas resultantes da capacidade humana de interpretar e produzir diferentes representações (cultura) sobre a realidade (natureza).	Processos sociais constituídos por práticas que tem uma dinâmica sociohistórica, cultural e política de constituição. Estes estudos enfatizam as

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

	macrossocial.	O foco destes estudos está na dimensão microssocial	relações como forma de desconstituir a separação macro e microssocial.
Conceito de espaço organizacional I	A estrutura de ordenamento das organizações, onde se localizam os processos que a possibilitam funcionar e se desenvolver.	A produção simbólica (cultura) de um ambiente organizacional (natureza) onde se desenvolvem ações, interações e práticas sociais constitui o espaço organizacional (abstrato).	São conjuntos de práticas sociais que constituem a dinâmica simbólica e material das organizações, portanto cultura e natureza são concomitantemente constituintes do espaço organizacional.

Fonte: elaborado pelas autoras

As três abordagens de estudos etnográficos destacadas nesse artigo são apresentadas no quadro 1 a partir das diferentes ênfases entre as relações entre etnografia, cultura e espaço de cada abordagem e seus efeitos no entendimento do conceito de espaço organizacional. As etnografias estruturalistas destacam o entendimento do espaço organizacional como estrutura, visto a dimensão institucional de análise das organizações. Nestas pesquisas, assim como as primeiras etnografias com inspiração no trabalho de Malinowski, existe uma oposição entre cultura e natureza mediada pelas estruturas sociais. Já as pesquisas que destaquem o espaço organizacional como produção simbólica a separação entre cultura e natureza pode ser compreendida por meio das representações (cultura) constituídas pelos sujeitos para a apreensão da realidade (natureza) e do espaço organizacional (abstrato). As etnografias pós-estruturalistas provocam um debate sobre como cultura e natureza são imbricadas, ou seja, os espaços organizacionais são produzidos concomitantemente em termos subjetivos e objetivos. As representações (cultura) produzidas pelos sujeitos sobre a realidade (natureza) não são mecanismos de preenchimento de sentido do espaço organizacional. Mas, a produção cultural somente ocorre por “fazer parte” desta realidade e são as práticas sociais uma das unidades de análise que possibilitam a discussão e o entendimento desse processo, por isso a etnografia é considerada um método adequado para estes estudos devido a possibilita de uma produção de conhecimento que seja engajada com a realidade a qual se estuda.

É possível considerar com base no quadro 1 que a etnografia não tem “um fim em si mesma”, ou seja, conduzir uma pesquisa etnográfica não significa necessariamente que a ênfase do estudo estará no entendimento da dimensão simbólica das organizações. A predominância das abordagens interpretativas nos estudos etnográficos na área de Estudos Organizacionais, conforme foi discutido ao longo deste artigo, remete a oposição epistemológica construída na área da Antropologia entre “cultura” e “natureza” que foi transposta a área de Administração, especialmente nos debates sobre espaços organizacionais, no que se refere a oposição entre a produção simbólica e a dimensão física das organizações.

Com efeito, se na área da Antropologia alguns antropólogos já avançaram nesse debate no sentido de tentar desconstruir essa oposição entre as dimensões subjetivas e objetivas da realidade, é preciso que na área de Estudos Organizacionais essa discussão

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

também seja realizada para que seja possível uma apropriação mais elaborada epistemologicamente e em termos da condução de pesquisas etnográficas na área de Administração.

Com base nas discussões realizadas nesse artigo é possível considerar que o “espaço” da etnografia nos Estudos Organizacionais tem sido predominantemente constituído com base em estudos interpretativos que consideram o espaço organizacional como uma produção simbólica, ou, como afirmam Carrieri e Saraiva (2007), há um destaque maior para as organizações de simbolismo intensivo. As bases do “fazer etnográfico” da Escola de Chicago e dos pressupostos de Clifford Geertz de que a cultura é uma teia de significados tem sido a base das etnografias organizacionais no país.

Entretanto, como tem ocorrido na área da Antropologia (ver CLIFFOR, 1997; INGOLD, 2013) é necessário repensar o “fazer etnográfico” a partir da não dualidade entre cultura e natureza, ou entre o subjetivismo e o objetivismo, e considerar que a dimensão material (LATOURETTE; WOODWARD, 1997) ou biológica (INGOLD, 2010) da sociedade não podem ser separadas de sua produção subjetiva e cultural. A questão que se coloca é que para os Estudos Organizacionais avançarem nesse propósito e nesse diálogo é necessário também que se avance teoricamente e nos debates sobre a condução da pesquisa etnográfica, o que não se tem realizado nesse área. O método etnográfico é assumido como um método dado *a priori*, ou seja, há uma forma de condução da pesquisa de campo já estabelecida, enfaticamente nos moldes interpretativista, e pouco se tem debatido sobre outras forma de se conduzir metodologicamente a etnografia de forma que seja possível também se avançar teoricamente na produção de conhecimento em Administração.

Com esse artigo esperamos abrir um diálogo com pesquisadores da área de Administração para que seja possível debater as diferentes formas de se conduzir uma pesquisa etnográfica nas organizações que, com efeito, produza possibilidade de se avançar teoricamente em termos do método e dos conceitos que baseiam nossa área de atuação. Também tivemos como propósito apresentar aos leitores e pesquisadores que utilizam, ou tenham a intenção de utilizar, a etnografia em seus estudos diferentes forma de compreensão e desenvolvimento da pesquisa de campo etnográfica. Sendo assim, o debate proposto nesse estudo deve ser continuado em futuras pesquisas para que seja possível discutirmos outras possibilidades de incorporação do método etnográfico com base nos avanços teóricos e epistemológicos que a área de Administração tem apresentado nos últimos anos, especialmente no que se refere repensar os limites da separação entre cultura e natureza, de forma que seja possível compreender a complexidade dos diferentes processos organizacionais que temos em nossa sociedade.

7. Referências

ALCADIPANI, R.; ROSA, A. R. O pesquisador como o outro: uma leitura pós-colonial do “Borat” Brasileiro. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, p. 371-382, 2010.

ATKINSON, P.; DELAMONT, S.; COFEY, A.; LOFLAND, J.; LOFLAND, L. **Handbook of Ethnography**. London: Sage, 2007.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

BATE, S. P. Whatever happened to organizational anthropology? A review of the field of organizational ethnography and anthropological studies. **Human relations**, v. 50, n.9, p. 1147-1175, 1997.

BURRELL, G.; GARETH, M. **Sociological paradigms and organisational analysis**. London: Heinemann, 1979.

CAMILLIS, P. Por uma Administração do Cotidiano: um Estudo Ator-rede sobre Autogestão. 2011. 237f. **Dissertação** (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. (Org.). **Simbolismo Organizacional no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007.

CAVEDON, N. R. “De frente pro crime”: cultura organizacional e socialização dos peritos ingressantes no Departamento de Criminalística do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, p.38-65, 2010.

_____. As manifestações rituais nas organizações e a legitimação dos procedimentos administrativos. 1988. **Dissertação** (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CAVEDON, N. R. A qualidade de vida no trabalho na área da Segurança Pública: uma perspectiva diacrônica das percepções olfativas e suas implicações na saúde dos servidores. **Organizações & Sociedade** (Online), v. 21, p. 875-892, 2014.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008

CHIESA, C. D.; CAVEDON, N. R. Entre lugares e não-lugares: etnografia da Casa da Cultura Digital no espaço público e no ciberespaço. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXVII, 2013, Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

_____. **Route: travel and translation in the late twentieth century**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

COOKE, J.; LAIDLAW, J.; MAIR, J. What if There is No Elephant? Towards a Conception of an Un-sited Field. In: FALZON, M. A. **Multi-Sited Ethnography: Theory, Praxis, and Locality in Contemporary Social Research**. London: Ashgate, 2009, p. 47-72.

COSTAS, J. Problematizing mobility: a metaphor of stickiness, non-places and the Kinetic Elite. **Organization Studies**, v. 34, p. 1467-1485, 2013.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

CZARNIAWSKA, B. Organizations as obstacles to organizing. In: ROBICHAUD, D. ; COOREN, F. (Ed.) **Organization and organizing**: materiality, agency and discourse. New York: Routledge, 2013. p. 3–22.

DEWALT, K. M.; DEWALT, B. R. **Participant Observation**: a guide for fieldworkers. Toronto: Altamira Press, 2011.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Witchcraft, Oracles and Magic Among the Azande**. Oxford : Oxford University Press, 1978.

FANTINEL, L. D. Os significados do espaço e as sociabilidades organizacionais: estudo de um café em Salvador. 2013. 216f. **Tese** (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2013.

FELDMAN, M. S.; ORLIKOWSKI, W. J. Theorizing Practice and Practicing Theory. **Organization Science**, v. 22, n. 5, p. 1240–1253, 2011.

FERRAZ, D. L. S.; CAVEDON, N. R. Vida Profissional e Afetiva das Mulheres no Século XXI: o caso das permissionárias do Viaduto Otávio Rocha em Porto Alegre. REAd. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 10, n.5, 2004.

FIGUEIREDO, M. D. O Muro Invisível: Cultura Organizacional e Representações Sociais no Centro Comercial Nova Olaria. 2008. 150f. **Dissertação** (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2008.

FLORES-PEREIRA, M. T.; CAVEDON, N. C.; DAVEL, E. Drinking beer and understanding organizational culture embodiment. **Human Relations**, v. 61, p. 1007-1026, 2008.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

_____. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GHERARDI, S. **How to conduct a practice-based study**. Cheltenham: Edward Elgar, 2012.

GIDDENS, A. **Modernity and Self-Identity**. Cambridge, Polity Press, 1992.

HASSARD, J., MCCANN, L., MORRIS, J. At the sharp end of new organizational ideologies Ethnography and the study of multinationals. **Ethnography**, v. 8, n. 3, p. 324-344, 2007.

HOFSTEDE, G. **Cultures and organizations**. London: McGraw-Hill, 1991.

INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

IPIRANGA, A. S. R. A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, p. 65-91, 2010.

JAIME Jr., P. Um texto, múltiplas interpretações: antropologia hermenêutica e cultura organizacional. In: CAVEDON, N. R.; LENGLER, J. F. B. **Pós-modernidade e etnografia nas organizações**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p. 145-170.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LE BRETON, D. **Adeus ao Corpo**: Antropologia e Sociedade. Campinas, SP, Papiрус, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. **O Pensamento Selvagem**. São Paulo: Papiрус Editora, 1989.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MALINOWKI, B. K. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. Sao Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARCUS, G. E. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annu. Rev. Anthropol**, v. 24, p. 95-117, 1995.

_____. What is at stake —and is not —in the idea and practice of multi-sited ethnography. **Canberra Anthropology**, v. 22, n. 2, p. 6-14, 1999.

MONTENEGRO, L. M. Um parlamento de múltiplos atores: um estudo sob a perspectiva da teoria ator-rede para o entendimento da governança e dos resultados estratégicos de cursos de graduação em Administração de instituições de ensino superior particulares de Curitiba. 2013. 215f. **Tese** (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2013.

OLIVEIRA, J. S. A política emocional nas práticas de organização do circo contemporânea: uma etnografia multissituada no contexto Brasil-Canadá. 2014. 296f. **Tese** (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2014.

ORTNER, S. B. Subjectivity and cultural critique. **Anthropological Theory**, v. 5, n. 1, p. 31–52, 2005.

RADCLIFF-BROWN, A. R. On Australian local organization. **American Anthropologist**, v. 58, n. 2, p. 363-367, 1956.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (Org.). **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

ROCHA, E.; BARROS, C.; PEREIRA, C. Fronteiras e limites: espaços contemporâneos da pesquisa etnográfica. In: CAVEDON, N. R.; LENGLER, J. F. B. **Pós-modernidade e etnografia nas organizações**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p. 121-144.

ROSALDO, R. Ideology, place, and people without culture. **Cultural Anthropology**, v. 3, n.1, p. 77-87, 1988.

SCHATZKI, T. R. On Organizations as they Happen. **Organization Studies**, v. 27, n. 12, p. 1863-1873, 2006.

SCHEIN, E. H. Culture: The missing concept in organization studies. **Administrative Science Quarterly**, v. 41, n. 2, 229-240, 1996.

SCHWARZMAN, H. **Ethnography in Organization**. Qualitative Research Methods, v. 27. London: Sage Publications, 1993.

STRATHERN, M. The nice thing about culture is that everyone has it. In: STRATHERN, M. (Ed) *Shifting contexts: Transformations in anthropological knowledge*, 199. p. 153-176.

THOMAS, J. **Doing Critical Ethnography**. Qualitative Research Methods, v. 26. London: Sage Publications, 1993.

TURETTA, C. Práticas organizativas em escolas de samba: o setor de harmonia na produção do desfile da Vai-Vai. 2011. 325f. **Tese**. Programa de Pós-graduação em Administração da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo, São Paulo, 2011.

YEN-TSANG, C.; DUTRA-DE-LIMA, R. G.; PRETTO, K. Análise qualitativa das publicações nacionais e internacionais em etnografias em administração e estudos organizacionais. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 14, p. 211, 2013.